

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.256.008 - RS
(2018/0046428-2)**

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **CLEUSA PEREIRA**
ADVOGADOS : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**
 CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
 SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
 WARLYANE GOMES SOUZA - PA018118
 DANILO MORAES E OUTRO(S) - PR077705
AGRAVADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **VOLNIR CARDOSO ARAGAO - RS028906**
 WILSON DE SOUZA MALCHER E OUTRO(S) - RS076395B
AGRAVADO : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **PAULO ANTONIO MULLER - RS013449**
 MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
 CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
 VALENTINA RABELLO NEVES E OUTRO(S) - RS101118
INTERES. : **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ**

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto por CLEUSA PEREIRA, contra decisão de minha lavra, que conheceu do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial (fls. 1.979/1.984e).

A recorrente sustenta, nas razões do Agravo, dentre outros pontos, que "a Caixa Econômica Federal não provou ter interesse jurídico na demanda, não podendo ingressar na lide, muito menos ter o deslocamento da competência para a Justiça Federal" (fl. 1.992e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Observa-se que uma das teses apresentadas pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial, teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário do STF, nos autos do RE 827.996/PR, Relator Ministro GILMAR MENDES, Tema 1.011, em que se discute a "controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, consequentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza".

Com efeito, reza o art. 4º do Código de Processo Civil vigente:

"Art. 4º. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa."

Dispõem, ainda, os seguintes artigos, do mesmo **Codex**:

"Art. 926. **Os Tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.**

Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá de recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

(...)

§ 5º. **Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional".**

Art. 1.037. Seleccionados os recursos, o relator no tribunal superior, constando a presença do pressuposto do *caput* do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual:

(...)

II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individual ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;

Art. 1.039. **Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.**

Com efeito, o novo CPC, dentro de uma perspectiva de competência, deixa claro que é necessário observar o decidido por quem dá a última palavra a respeito da controvérsia, qual é a eficácia desse julgado e qual o rumo que deve ser seguido pelos demais órgãos julgadores, para que o processo possa promover de forma adequada, a efetiva e tempestiva tutela pretendida.

Preocupou-se mais em operacionalizar a duração razoável do processo, com vistas às situações já constituídas e às necessidades imediatas de todas as instâncias, do que em estipular uma limitação no contexto relativo ao local de represamento dos recursos.

Assim, havendo o reconhecimento de repercussão geral, na vigência do CPC/2015, a suspensão do processo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça esvaziaria um dos principais objetivos do novo **Codex**, qual seja, a duração razoável do processo (art. 4º).

Por outro lado, em sendo suspenso o feito na origem, uma vez decidida a questão submetida ao regime da repercussão geral, a tese fixada já serviria de norte para que o Tribunal **a quo** se adequasse à tese firmada no STF.

Tal medida impede o confronto das decisões emanadas dos Tribunais com a jurisprudência do STF, a fim de, a um só tempo, evitar as divergências jurisprudenciais, e privilegiar os princípios da isonomia e duração razoável do processo. Ou seja, além de homenagear o princípio regente do novo CPC (duração razoável dos processos), a suspensão dos autos na origem permite a aplicação do princípio da isonomia, porque, se as causas são iguais, as soluções têm de ser necessariamente iguais.

E não por outra razão que a afetação de Recurso Especial e de Recurso Extraordinário como representativos da controvérsia (arts. 1.036 e segs, CPC/2015) demanda à Corte de origem a suspensão de recursos interpostos que abordem idêntica questão, até o julgamento definitivo da matéria.

Na mesma linha, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e BRUNO DANTAS, ao comentar o art. 1.035, § 5º, do CPC/2015, prelecionam:

"Com o objetivo de concretizar de modo visível o princípio constitucional da isonomia, o § 5º do art. 1.035 determina que o relator do recurso extraordinário, uma vez reconhecida a repercussão geral, suspenda o trâmite de todos os processos em curso, no território nacional, que versem sobre a mesma matéria. (...) o único sentido da suspensão que consta do § 5º é que essa orientação seja acatada. (...) O importante é prevenir a existência de decisões discrepantes daquilo que o STF decidirá, quando apreciar o mérito do recurso. (...)"

E prosseguem:

"Nada se diz, subsequentemente, no sentido de que as decisões que ainda não foram proferidas nos processos sobrestados, devem conformar-se àquela proferida pelo STF. Veja-se que esse dispositivo não se trata de recursos repetitivos, mas de recursos entre A e B. Mas qual é o sentido de se suspenderem todos os processos que esteja tramitando no país se não alertar os juízes que o STF está para proferir uma decisão, que deverá ser vista como um precedente? (in Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a nova função dos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro, 3ª ed., Rev. dos Tribunais, 2016, pp. 412 e 519).

Diante desse cenário – e utilizando-se do mesmo raciocínio –, recomendável que o Ministro Relator, levando em consideração razões de economia processual e duração razoável do processo, aprecie o Recurso Especial apenas quando exaurida a competência do Tribunal de origem.

Ante o exposto, em juízo de retratação, torno sem efeito a decisão de fls. 1.979/1.984e, e determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a

devida baixa nesta Corte, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida – na vigência do novo CPC –, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

